

FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - AL

Estudo Técnico Preliminar 3/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: E:23010.0000002055/2025

2. Descrição da necessidade

O Nordeste brasileiro é caracterizado por ser uma região semiárida, que durante o ano recebe pouca chuva, tornando-se de forma natural uma das principais causas da seca. A seca que atinge as populações rurais ocasiona vulnerabilidade, em decorrência dessa instabilidade climática, gerando dificuldades sociais, falta de recursos econômicos, fome e miséria.

Apesar das inúmeras ações do governo de Alagoas que vem implantando ao longo dos últimos anos no sentido de oferecer água em quantidade suficiente e de boa qualidade não tem atendido em sua totalidade a população rural, ainda tem como um de seus desafios garantir acesso à água com padrões adequados de qualidade e armazenamento.

O governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos. O referido programa destina-se a promover a universalização do acesso à água a famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em áreas rurais, no que se refere ao consumo humano e a produção agrícola e alimentar.

Dentre as tecnologias apoiadas no âmbito do referido programa se encontra a construção de barreiros ou pequenas barragens, que são pequenas construções para captação de água da chuva que visam atender a carência de água para produção agrícola e dessedentação animal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Programa Água Para Todos	Judinete Cabral de Santana Barbosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- A execução dos serviços de construção de 16 (dezesseis) barreiros será realizada por empresa especializada no ramo e comprovada por acervo técnico a sua experiência nas normas e especificações técnicas exigidas, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste ETP, Termo de Referência e no Projeto Básico.
- A licitação será na modalidade concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, com modo de disputa aberto e fechado, e a contratação dela decorrente tem fundamentação legal no art. 6º, inciso XXI, "a", da Lei nº 14.133 /2021.
- A contratação do objeto será prestada nas condições estabelecidas no Projeto Básico de Engenharia e prazo de execução prevista em seu cronograma físico-financeiro.
- Não será permitida a participação de consórcio, onde é justificada pelos serviços de baixa complexidade técnica, sem aferir nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição.
- Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no PCA 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação pretende a Administração alcançar os benefícios seguintes:

- Mais uma tecnologia para ter reserva de água nas comunidades localizadas na zona rural.
- Contribuir para fixação do homem no campo, através da criação de pequenos rebanhos adaptados (cabras e/ou ovelhas)
- Incentivo a plantação de hortas, frutíferas e outras lavouras de subsistência, contribuindo para geração de renda.
- Acesso a água para produção agrícola.

13. Providências a serem Adotadas

- Acompanhamento e fiscalização das ações previstas no Projeto existente para a execução dos barreiros.
- Indicar o servidor público para gestor do contrato.
- Conforme a Lei nº 7.625 de 22 de maio de 2014 não há previsão de Licenciamento para este tipo de execução de barragens, sendo assim, insento dessa necessidade (34047024).
- Quanto a outorga, por se tratar de obra de pequeno porte em trechos de regime temporário, a outorga está dispensada visto que a tecnologia irá apenas acumular água de chuva em pequenos volumes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- Risco: supressão de vegetação na bacia hidráulica.
- Medida preventiva: revegetar a área do talude do barreiro como proteção e evitar erosão nos períodos chuvosos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, declaro que a contratação se mostra técnica, socioeconômica e ambientalmente viável.

MAPA DE RISCO

RISCO 01	
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor.	
RISCO 01: Licitação deserta ou fracassada	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta

Impacto:	() Baixo (X) Médio () Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva: Identificação prévia de possíveis fornecedores e envio do aviso de licitação	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Repetição do Certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
RISCO 02	
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor	
RISCO 02: Empresa vencedora se recusa a assinar o contrato	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva: Não há	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Convocação dos demais licitantes ou repetição do certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
RISCO 03	
FASE DE ANÁLISE: Celebração do contrato	
RISCO 03: Empresa não mantém as condições de habilitação	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Não contratação dos serviços	
Ação Preventiva: Não há	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Convocação dos demais licitantes ou repetição do certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
RISCO 04	
FASE DE EXECUÇÃO: Realização dos serviços das obras	

RISCO 04: Desistência da Empresa	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto
Dano: Paralisação dos serviços	
Ação Preventiva: Não há	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL
Ação de Contingência: Convocação dos demais licitantes ou repetição do certame	Responsável: Comissão Permanente de Licitações - CPL/AL

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUDINETE CABRAL DE SANTANA BARBOSA
Responsável pela contratação direta

ANA EMILIA LOPES DE BARROS
Equipe de apoio